

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE PESSOA FÍSICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA) DO PARQUE ESTADUAL MARINHO – PEM – PARCEL DE MANUEL LUÍS

Responsável: Dyego Bruno Sena Lima

Setor: Superintendência de Biodiversidade e Áreas Protegidas - SBAP

Órgão: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA

Unidade de Conservação: Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís

São Luís-MA, 10 de março de 2026

1. OBJETIVO

Contratação de consultoria Pessoa Física para elaboração do Plano de Educação Ambiental do Parque Estadual Marinho – PEM – Parcel de Manuel Luís.

O(a) contratado(a) deverá desenvolver as seguintes atividades:

1. Elaboração de plano de trabalho;
2. Realização de oficinas participativas presenciais/híbridas;
3. Validação e versão final do Plano de Educação Ambiental.

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar é um projeto do governo federal, criado e implementado em parceria com instituições privadas e sociedade civil, para promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira. O projeto busca apoiar o estabelecimento, ampliação e implementação de um Sistema globalmente significativo, representativo e eficaz de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil, e identificar mecanismos para a sua sustentabilidade financeira, a fim de reduzir a perda de biodiversidade marinha e costeira. Este sistema integra diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs) e outras medidas de conservação baseadas em área, sob diferentes estratégias de gestão.

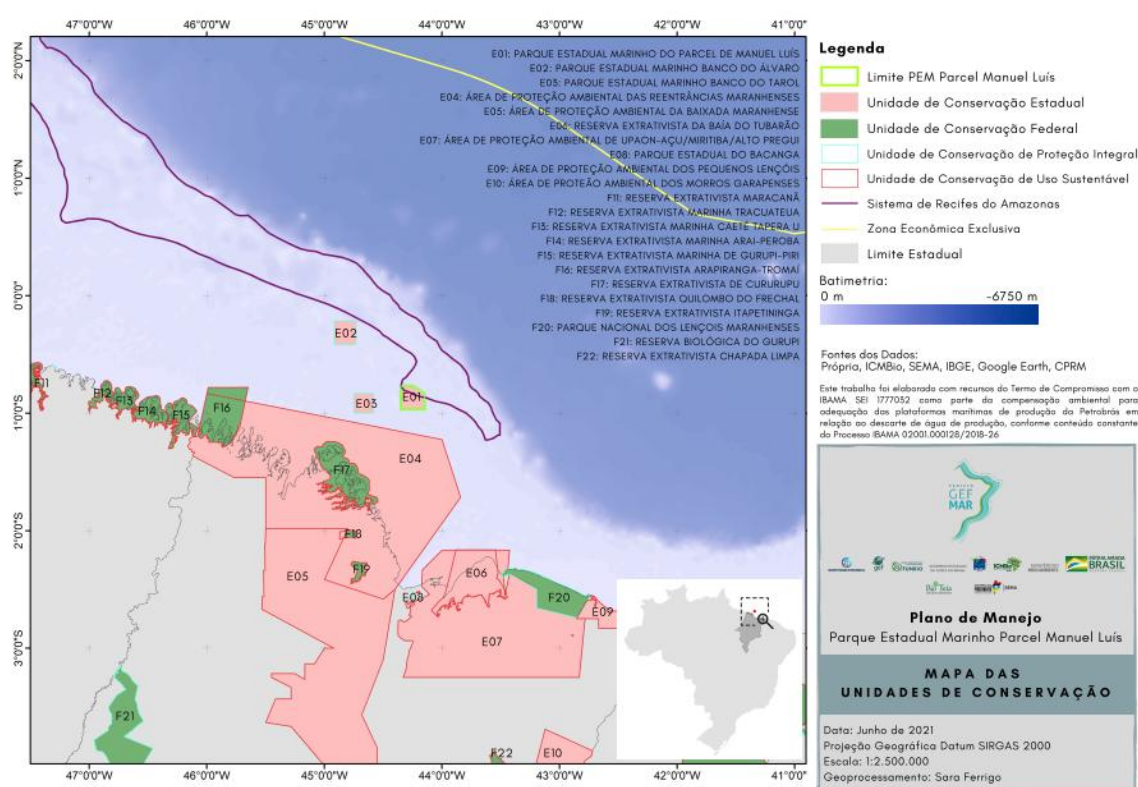
O Governo Federal implementa o Projeto GEF-Mar por meio de uma parceria técnico financeira com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), sendo financiado com recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 1777032 entre Petrobras e IBAMA, como parte da compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de

produção da empresa em relação ao descarte de água de produção, conforme conteúdo constante do Processo IBAMA 02001.000128/2018-26. Os recursos são geridos financeira e operacionalmente pelo Funbio por meio dos Acordos de Contribuição Financeira Não Reembolsável celebrados entre o FUNBIO e a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras com anuência do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, em 31/10/2018 e em 29/09/2022, nos valores respectivos de sessenta e quarenta milhões de reais. O Projeto é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado pelo ICMBio. O Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade atua desde 1995 em todo o território nacional, sendo a Instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Projeto, adquirindo bens e contratando serviços.

O Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís, sob a gestão da SEMA-MA, foi contemplado pelo Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF Mar, reconhecendo sua relevância para a conservação de ecossistemas marinhos e costeiros do Maranhão. O Parcel de Manuel Luís é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, instituída pelo Decreto Estadual nº 11.902, de 11 de junho de 1991, com uma área de aproximadamente 45.238 hectares (Figura 1). Localizado na costa maranhense, o PEM é caracterizado por ecossistemas marinhos e costeiros, incluindo bancos de areia, recifes e áreas de reprodução de espécies de interesse ambiental.

O Parcel integra o Mosaico de Recifes Maranhenses, uma rede de Unidades de Conservação marinhas localizadas na margem equatorial do litoral maranhense que visa promover a conservação integrada dos ecossistemas recifais do estado. Esse mosaico inclui também os Parques Estaduais Marinhos do Banco do Álvaro e do Banco do Tarol, criados pela Lei Estadual nº 10.172, de 12 de dezembro de 2014, e juntos abrangem áreas marinhas de grande relevância ecológica e socioambiental.

Figura 1. Mapa de localização do PEM Parcel de Manuel Luís



Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís (2021)

Acerca da biota, parte do Parcel de Manuel Luís está situada em área de importância biológica prioritária “Extremamente Alta”. A UC também constitui uma matriz relevante para espécies marinhas do Atlântico Sul, sendo reconhecida internacionalmente em 2000 como Sítio Ramsar – Zona Úmida de Importância Internacional, representando um ecossistema sensível e extremamente produtivo, com uma das maiores diversidades biológicas do mundo (PRATES, 2006). Na região biogeográfica da Costa Norte do Brasil onde se encontra o PEM, especialmente os bancos do Manuel Luís e do Álvaro foram por muito tempo consideradas as únicas formações coralíneas, com corais vivos identificadas nesta plataforma, marcando o limite norte de distribuição dos corais no país, onde cabeços de coral afloram à superfície. Considerando a costa brasileira, ocorrem nesta região quase todas as espécies de corais formadores de recifes registradas para a costa do nordeste brasileiro, incluindo espécies marinhas raras ou ameaçadas como o mero e as tartarugas-de-pente.

A relevância do Parcel tem sido progressivamente reconhecida pela população local, aspecto evidenciado ao longo do processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque. Entretanto, verificou-se que as comunidades do continente ainda apresentam conhecimento limitado sobre a importância ecológica e social da Unidade de Conservação. Nesse contexto, a contratação do consultor(a) busca fortalecer e viabilizar o processo participativo de construção do Plano de Educação Ambiental (PEA) do PEM do Parcel de Manuel Luís. O PEA subsidiará a tomada de decisões e a definição de

estratégias de Educação Ambiental para a Unidade, bem como auxiliar na ampliação da participação das comunidades na gestão, agregando pessoas comprometidas com a conservação ambiental a fim de potencializar e multiplicar ações de educação ambiental de forma dinâmica e atemporal.

3. ESCOPO DO TRABALHO, ATIVIDADES E PRODUTOS

O escopo da presente contratação é a facilitação e coordenação pedagógica, sob a supervisão da SEMA, do processo de elaboração do Plano de Educação Ambiental do PEM do Parcel de Manuel Luís. O Plano visa desenvolver estratégias educativas voltadas ao desenvolvimento de capacidades para a gestão territorial, considerando a unidade de conservação como polo irradiador de políticas públicas de conservação da biodiversidade, buscando-se promover a gestão integrada da conservação e do desenvolvimento socioambiental.

O Plano de Educação Ambiental a ser elaborado deverá estar fundamentado, prioritariamente, na Política Estadual de Educação Ambiental do Maranhão (Lei Estadual nº 9.279/2010) e do Plano Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 10.796/2018), respeitando as diretrizes e planejamentos do Plano de Manejo do PEM do Parcel de Manuel Luís, considerando-os como principais instrumentos de orientação. Além desses, deverão ser utilizados outros referenciais legais, normativos e programáticos pertinentes à temática, de âmbito estadual, nacional e, quando aplicável, internacional, cabendo ao consultor(a) a identificação, análise e incorporação desses instrumentos.

O trabalho deverá contemplar a busca, sistematização e integração das informações necessárias, assegurando a coerência entre os marcos normativos e as diretrizes específicas da área de abrangência. A elaboração do PEA será conduzida em conformidade com o Plano de Trabalho a ser previamente estruturado pelo consultor(a) contratado, que deverá orientar todas as etapas do processo de construção do documento.

Atividade 1: Planejamento Inicial e Elaboração do Plano de Trabalho

O consultor(a) deverá agendar uma reunião de iniciação, com duração aproximada de 03h (três horas), em formato online, com a equipe da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), que atua na gestão do Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís, para planejamento das ações prioritárias, alinhamento de metodologias e procedimentos, além da estruturação do cronograma de execução, com a definição de etapas, prazos e responsabilidades. Nesta reunião também serão entregues pela SEMA os insumos (banco de dados, documentos normativos e bibliografia), a fim de estruturar a elaboração do Plano de Trabalho.

Produto 1: Plano de trabalho

Após a reunião inicial com a equipe da SEMA, O consultor(a) deverá apresentar o Plano de Trabalho consolidado, que deverá conter minimamente as seguintes informações:

Apresentação da equipe técnica;

- a) Cronograma de execução, com prazos, meios, custos e responsáveis referentes ao objetivo da contratação;
- b) Descrição detalhada de metodologias e escalas de análise a serem utilizadas na elaboração de cada produto;
- c) Detalhamento das atividades técnicas a serem desenvolvidas;
- d) Identificação preliminar dos dados a serem coletados;
- e) Descrição das atividades, com identificação das metodologias e dos resultados esperados.

O Plano de Trabalho deverá ser entregue em até 30 dias corridos após a assinatura do contrato.

Atividade 2: Oficinas participativas para elaboração do Plano de Educação Ambiental do PEM do Parcel de Manuel Luís

O consultor(a) será responsável por planejar e realizar 02 (duas) oficinas participativas presenciais/híbridas, cada uma com duração de 01 (um) dia, com carga mínima de 6 horas por oficina, contando com a participação média de 30 pessoas. Essas oficinas têm como principal objetivo a coleta de dados e percepções necessárias à elaboração do Plano de Educação Ambiental (PEA) vinculado à proteção e gestão do PEM do Parcel de Manuel Luís, tendo como público alvo: representantes das comunidades locais, colônias e sindicatos de pescadores e trabalhadores rurais, associação de moradores, conselho da UC (Conselho do Mosaico dos Recifes Maranhenses - CONEMAR), instituições públicas, pesquisadores, educadores, universidades, organizações da sociedade civil e demais atores estratégicos.

Para garantir a efetividade das oficinas para a coleta de dados que irão subsidiar a elaboração do PEA, o consultor(a) deverá planejar e executar as oficinas, considerando minimamente as seguintes atividades:

- Definir junto a equipe da SEMA os temas a serem abordados, bem como os critérios de participação;
- Elaborar apresentações e materiais didáticos impressos, considerando a quantidade de participantes das oficinas;
- Utilizar instrumentos e metodologias que melhor se adequem ao público alvo, objetivando a coleta de dados seja por meio de questionários, formulários, mapa

falado, mapas colaborativos, rodas de conversa, trabalho em grupos, nuvens de palavras, enquetes e demais metodologias pertinentes.

- Mediação das oficinas;
- Sistematização dos dados obtidos durante os encontros;

O órgão gestor da UC ficará responsável pela mobilização dos participantes e pelo apoio na logística necessária para a realização das oficinas.

O conteúdo e a identidade visual dos materiais didáticos e de divulgação devem ser aprovados previamente pela SEMA.

Produto 2: Relatório técnico das oficinas participativas para o Plano de Educação Ambiental do PEM Parcel de Manuel Luís

O consultor(a) deverá elaborar relatório técnico da oficina participativa apresentando as atas, listas de presença, os principais marcos e dados levantados, registros fotográficos, demandas prioritárias, desafios e oportunidades identificadas para as ações de educação ambiental, de modo sistematizado.

O documento também deve conter o levantamento das práticas educativas ambientais já existentes na região de abrangência da UC (Apicum-Açu, Cururupu, Cedral, Porto Rico e Guimarães), alinhadas às políticas vigentes do estado. Além das recomendações iniciais que subsidiarão a elaboração do Plano de Educação Ambiental do PEM Parcel de Manuel Luís.

Atividade 3: Elaboração do Plano de Educação Ambiental do PEM do Parcel de Manuel Luís

Após a realização e validação do Relatório Técnico das Oficinas, o consultor(a) deverá elaborar o Plano de Educação Ambiental do PEM Parcel de Manuel Luís preliminar, considerando as contribuições oriundas das oficinas, as diretrizes legais, assegurando a coerência técnica e a viabilidade de implementação.

O documento deverá ser fundamentado, prioritariamente, no Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Lei nº 9413, de 13 de julho de 2011), Plano de Manejo do PEM do Parcel de Manuel Luís, Política Estadual de Educação Ambiental do Maranhão (Lei Estadual nº 9.279/2010) e do Plano Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 10.796/2018).

Redação do Plano de Educação Ambiental:

- Elaborar o documento preliminar do Plano de Educação Ambiental, contendo, no mínimo a seguinte estrutura:

1. Informações Gerais

- a. Ficha Técnica;
- b. Introdução e contextualização;
- c. Limites e localização da Unidade de Conservação;
- d. Informações sobre o Conselho Gestor;
- e. Referências ao Plano de Manejo (no Plano de Manejo é indicada construção de Plano de Educação Ambiental), Plano de Manejo de Espécies e Habitats;
- f. Infraestrutura disponível;
- g. Informações sobre as principais cidades próximas à UC, com destaque para instituições, organizações e instituições que possam apoiar ações de Educação Ambiental;
- h. Demais itens que forem pertinentes.

2. Diagnóstico Socioambiental

- a. Principais características ambientais e socioeconômicas relacionadas à área.
- b. Percepções, níveis de conhecimento e lacunas informacionais sobre a Unidade de Conservação;
- c. Desafios, fragilidades e oportunidades para o desenvolvimento das ações de Educação Ambiental.
- d. Relação entre a UC e o continente;
- e. Demais itens que forem pertinentes.

3. Diretrizes, estratégias e eixos de Educação Ambiental

- a. Estratégias de mobilização;
- b. Diretrizes e ações voltadas à Educação Ambiental formal e não formal;
- c. Integração das diretrizes com os instrumentos norteadores da Política Estadual de Educação Ambiental do Maranhão (Lei Estadual nº 9.279/2010) e do Plano Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 10.796/2018);
- d. Eixos temáticos: resíduos sólidos, proteção à fauna e flora, combate à pesca predatória e irregular, proteção e conservação dos recursos hídricos, gestão participativa;
- e. Formação nas escolas e instituições de ensino;
- f. Proposta de ações e projetos de educação ambiental para desenvolvimento em conjunto com os Povos e Comunidades Tradicionais relacionadas a UC, sobretudo, povos originários, comunidades quilombolas e ribeirinhos, bem como, comunidades de pescadores e marisqueiras;
- g. Identificação de parceiros estratégicos para ações de Educação Ambiental;
- h. Demais itens que forem pertinentes.

4. Eixos Complementares do Plano

- a. Comunicação e Educação: estratégias de divulgação, sensibilização e mobilização social;
- b. Conhecimento: sistematização e produção de informações socioambientais que subsidiem as ações de Educação Ambiental;
- c. Estimativa de Recursos: cálculo dos recursos diretos necessários à implementação do Plano e potenciais fontes de financiamento.

5. Matriz do Plano de Educação Ambiental: organização das ações propostas em formato matricial, contendo objetivos, metas, atividades, indicadores, responsáveis e prazos de execução.

6. Estratégias de Monitoria e Avaliação.

- a. Indicadores de acompanhamento;
- b. Instrumentos de avaliação;
- c. Estratégias de revisão e atualização do Plano.

Após a construção do documento, o consultor deverá submeter a versão preliminar à apreciação da SEMA, incorporando posteriormente eventuais ajustes e recomendações indicados pela Secretaria.

Entrega do produto:

- Finalizar e apresentar a versão definitiva do Plano de Educação Ambiental, devidamente revisada e estruturada para fins de divulgação e uso institucional.

Produto 3: Plano de Educação Ambiental do PEM do Parcel de Manuel Luís

Após aprovação da versão preliminar do Plano de Educação Ambiental do Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís pela SEMA, o consultor(a) deverá apresentar a versão final, tendo, no mínimo, a seguinte estrutura:

7. Informações Gerais

- i. Ficha Técnica;
- j. Introdução e contextualização;
- k. Limites e localização da Unidade de Conservação;
- l. Informações sobre o Conselho Gestor;
- m. Referências ao Plano de Manejo (no Plano de Manejo é indicada construção de Plano de Educação Ambiental), Planos de Manejo de Espécies e Habitats;
- n. Infraestrutura disponível;
- o. Informações sobre as principais cidades próximas à UC, com destaque para instituições, organizações e instituições que possam apoiar ações de Educação Ambiental;

- p. Demais itens que forem pertinentes.

8. Diagnóstico Socioambiental

- f. Principais características ambientais e socioeconômicas relacionadas à área.
- g. Percepções, níveis de conhecimento e lacunas informacionais sobre a Unidade de Conservação;
- h. Desafios, fragilidades e oportunidades para o desenvolvimento das ações de Educação Ambiental.
- i. Relação entre a UC e o continente;
- j. Demais itens que forem pertinentes.

9. Diretrizes, estratégias e eixos de Educação Ambiental

- i. Estratégias de mobilização;
- j. Diretrizes e ações voltadas à Educação Ambiental formal e não formal;
- k. Integração das diretrizes com os instrumentos norteadores da Política Estadual de Educação Ambiental do Maranhão (Lei Estadual nº 9.279/2010) e do Plano Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 10.796/2018);
- l. Eixos temáticos: resíduos sólidos, proteção à fauna e flora, combate à pesca predatória e irregular, proteção e conservação dos recursos hídricos, gestão participativa;
- m. Formação nas escolas e instituições de ensino;
- n. Proposta de ações e projetos de educação ambiental para desenvolvimento em conjunto com os Povos e Comunidades Tradicionais relacionadas a UC, sobretudo, povos originários, comunidades quilombolas e ribeirinhos, bem como, comunidades de pescadores e marisqueiras;
- o. Identificação de parceiros estratégicos para ações de Educação Ambiental;
- p. Demais itens que forem pertinentes.

10. Eixos Complementares do Plano

- d. Comunicação e Educação: estratégias de divulgação, sensibilização e mobilização social;
- e. Conhecimento: sistematização e produção de informações socioambientais que subsidiem as ações de Educação Ambiental;
- f. Estimativa de Recursos: cálculo dos recursos diretos necessários à implementação do Plano e potenciais fontes de financiamento.

11. Matriz do Plano de Educação Ambiental: organização das ações propostas em formato matricial, contendo objetivos, metas, atividades, indicadores, responsáveis e prazos de execução.
12. Estratégias de Monitoria e Avaliação.
 - d. Indicadores de acompanhamento;
 - e. Instrumentos de avaliação;
 - f. Estratégias de revisão e atualização do Plano.

O documento deverá integrar os aspectos legais, técnicos, sociais e ambientais, assegurando a participação dos atores locais e a viabilidade de implementação das ações propostas.

4. RESULTADOS, PAGAMENTO E CRONOGRAMA

O consultor(a) deverá cumprir as atividades listadas e realizar as atividades descritas, apresentando como resultado os produtos especificados nos prazos relacionados, conforme a tabela a seguir:

PRODUTOS	PRAZO DE ENTREGA ¹	DESEMBOLSO
Plano de trabalho	30	15%
Relatório das oficinas	95	35%
Plano de Educação Ambiental	165	50%
Total		100%

¹Dias corridos a partir da assinatura do contrato.

As atividades descritas neste TdR serão desempenhadas em um prazo de até 165 dias, de acordo com o cronograma de entrega dos produtos.

Quaisquer modificações no escopo ou prazo de entrega deverão ser previamente aprovadas pela equipe técnica responsável da unidade, assim como devem passar pela anuência do FUNBIO enquanto contratante.

O contrato será celebrado pelo FUNBIO, com recursos do Projeto GEF Mar. Os produtos deverão ser entregues à equipe técnica responsável, via e-mail, que poderá solicitar ajustes e retificações. A equipe técnica responsável terá um prazo de no máximo 10 (dez) dias úteis para se manifestar. Caso ajustes sejam necessários, a contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias corridos para efetuar os ajustes solicitados, e a nova análise também deverá ser realizada em até 05 (cinco) dias corridos pela equipe técnica responsável.

O consultor(a) contratado deverá encaminhar uma cópia digital de todos os produtos aprovados para o FUNBIO (para os e-mails da gerência do projeto e do setor de contratos), seguindo as indicações do tópico 5 - Forma de Apresentação constante neste TdR.

Serão deduzidos, no ato dos pagamentos, os descontos estipulados por lei. O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (quando empresa: nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os produtos deverão ser entregues em português brasileiro, revisados e em conformidade com a gramática vigente

A formatação dos produtos entregues deverá ser baseada nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outras normas específicas, conforme cada caso, assim como deverá seguir às orientações emitidas pela Equipe de Planejamento da SEMA. Todos os produtos finais deverão ser apresentados em capa padrão e diagramados.

Todos os produtos deverão ser apresentados em formato docx, pdf (texto) e xlsx (planilhas). As apresentações devem ser feitas em formato pptx ou pdf. Também deverão ser geradas versões dos produtos em formatos compatíveis com os programas do pacote Office mais recente e Libreoffice. No caso de mapas, os formatos em shapefile também deverão ser entregues ao Funbio. Estes arquivos deverão ser compatíveis com o programa QGIS.

A entrega dos arquivos deverá ser feita em formato digital, via e-mail ou por meio de nuvem de dados, como Google Drive e WeTransfer. Não será necessário imprimir nenhum dos produtos, a não ser que a contratada entenda como necessária alguma impressão, como por exemplo para uso durante a oficina. Deverá ser entregue, juntamente com os produtos, todo o material de apoio utilizado nas suas respectivas elaborações, tais como textos, atas de reuniões, registros fotográficos, mapas, bases de dados, arquivos vetoriais, planilhas, desenhos técnicos, croquis, gráficos, tabelas, apresentações, bem como quaisquer outros insumos que tenham subsidiado o desenvolvimento do trabalho.

6. INSUMOS NECESSÁRIOS

O Funbio disponibilizará todos os documentos relevantes para a contextualização do(a) contratado(a) acerca do Projeto GEF Mar.

O Órgão gestor enviará para a parte contratada informações e documentos adicionais sobre a UC contemplada por este Termo. A entrega das informações do FUNBIO e do órgão será feita em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato.

A contratada deverá dispor de computador, softwares, espaço físico e demais recursos próprios para a execução dos produtos.

As despesas referentes a deslocamento, alimentação, hospedagem e passagens aéreas serão custeadas pela SEMA.

7. REQUISITOS TÉCNICOS

O profissional deverá possuir nível pleno (entre 5 e 10 anos de formação e experiência na área). Serão considerados os seguintes requisitos técnicos:

1. Formação Acadêmica

- a) Graduação em Biologia, Oceanografia, Biologia Marinha, Ecologia, Geografia; Ciências Sociais ou áreas afins - obrigatório;

2. Experiência Profissional

- a) Experiência na realização de ações de Educação Ambiental com comunidades.

Solicita-se que o(a) contratado(a) descreva suas experiências, de modo que estas possam ser avaliadas também de forma qualitativa. O currículo deverá ser ajustado para esta vaga, destacando os pontos indicados acima. A qualificação será comprovada por currículo, diplomas, certificados, atestados de capacidade técnica e portfólio de trabalhos anteriores.

Não serão avaliados currículos de profissionais que contenham mais de 5 páginas ou que estejam em formato Lattes. Estes serão prontamente descartados. Serão consideradas apenas experiências e competências relevantes para os serviços previstos neste Termo de Referência.

No Anexo I deste Termo de Referência, está disponível um modelo de currículo recomendado para apresentação.

8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O responsável técnico pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo contratado para execução do serviço a que se refere este Termo de Referência será o órgão gestor da UC, SEMA-MA, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços deste termo de referência.

A equipe técnica do órgão gestor da UC terá 20 dias corridos para avaliar cada produto, após a entrega pela contratante. É recomendável que a equipe técnica realize no máximo duas revisões para aprovar o produto.

O Responsável Técnico será responsável pelo envio dos produtos aprovados (documento final e seus anexos) para a área de contratos do Funbio, autorizando o pagamento e copiando o ponto focal respectivo e a gerência do projeto.

A responsabilidade técnica pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo(a) contratado(a) será da equipe composta por funcionários da SEMA

9 ANEXOS

9.1. ANEXO I – MODELO DE CURRÍCULO SUGERIDO

Para a elaboração do currículo, poderão ser utilizadas as fontes Aptos, Arial ou Times New Roman, tamanho 10.

1. Dados do Profissional

Nome completo	
Data de nascimento	
Endereço residencial	
Telefone(s) (com DDD)	
E-mail(s)	
CPF	
Atividade atual	
Formação acadêmica (adicionar informações conforme necessário)	Graduação Instituição: Curso: Ano de conclusão: Título do trabalho de conclusão: Pós-graduação Instituição: Nível de formação e curso: Ano de conclusão: Título do trabalho de conclusão:

2. Experiência Profissional

Forneça informações relevantes relacionadas à sua experiência profissional, no atendimento ao item 7 do TdR. Favor identificar de forma clara. Incluir caixas de acordo com o quantitativo a ser apresentado.

1) Nome do Projeto / Contrato / Serviço: Período (início e fim): Cliente: Breve descrição objetiva do projeto / contrato / serviço: Atividades realizadas: Produtos entregues: Contato com telefone para verificação:
2) Nome do Projeto / Contrato / Serviço: Período (início e fim): Cliente: Breve descrição objetiva do projeto / contrato / serviço: Atividades realizadas: Produtos entregues: Contato com telefone para verificação:

- 3) Nome do Projeto / Contrato / Serviço:
Período (início e fim):
Cliente:
Breve descrição objetiva do projeto / contrato / serviço:
Atividades realizadas:
Produtos entregues:
Contato com telefone para verificação:

Apresentar em anexo cópia dos documentos que comprovem a formação acadêmica, conforme descrito no quadro do item 1, e o referido envolvimento nos trabalhos elencados no item 2 acima, como certificados, relatórios, atestados de capacidade técnica ou documentos similares.

Deverá constar em cada atestado: nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada; características do trabalho realizado (denominação, natureza, descrição e finalidade); local de execução dos serviços; período de realização (dd/mm/aa a dd/mm/aa; data da emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

3. Dados Complementares

Apresentar dados complementares que não se enquadrem em nenhum item anterior e que tenham relação com as qualificações exigidas no TdR, caso necessário.

4. Declaração

Eu, [NOME COMPLETO DO(A) PROFISSIONAL], declaro serem verdadeiras as informações acima e que este currículo descreve de modo correto o meu perfil, qualificações e experiência.

Data: ____/____/____

[Nome completo do(a) profissional]

[Profissão]